

5

**Fredie Didier Jr.
Leonardo Carneiro da Cunha
Paula Sarno Braga
Rafael Alexandria de Oliveira**

Curso de **Direito** **PROCESSUAL** **CIVIL**

Execução

12^a | revista
Edição | atualizada
ampliada

2022

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 12ª edição	7
Nota dos autores à 7ª edição.....	9
Prefácio.....	13

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil.....	43
1. Direitos a uma prestação e execução	43
2. Direito potestativo e execução	44
3. Conceito de execução	47
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	47
5. Execução imprópria	49
6. Classificação da execução	50
6.1. Execução comum e execução especial	50
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	51
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	51
6.4. Execução direta e execução indireta	52
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	58
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução.....	60
7.1. Cognição na execução	60
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo.....	62
7.3. Coisa julgada	64
Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva	67
1. Princípios da execução	67
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	67
1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	69
1.3. Princípio da boa-fé processual	70
1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	70

1.5.	Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	73
1.6.	Princípio do contraditório	78
1.7.	Princípio da menor onerosidade da execução	80
1.8.	Princípio da cooperação	83
1.9.	Proporcionalidade	84
1.10.	Princípio da adequação	86
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ...	87
2.	Regras fundamentais do processo de execução	88
2.1.	Regra de que não há execução sem título (<i>nulla executio sine titulo</i>)	88
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	89
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	90
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	93
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	93
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	94
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	94
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	97

Capítulo 3 ► **Tipicidade e atipicidade dos meios executivos** 101

1.	Introdução	101
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e standards para a compreensão do tema	103
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC	103
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	104
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	107
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	111
2.5.	Critérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	113
2.6.	A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	122
2.7.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	126
2.8.	A não adstricção da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício	127
2.9.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	129

2.10. Proibição de o juiz impor, <i>ex officio</i> , como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	132
2.11. Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	132
2.12. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	133
2.13. A prisão civil como medida atípica.....	135
2.14. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	140
2.15. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	141
2.16. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	143
2.17. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp.....	145
3. Síntese das diretrizes (standards) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	146

Capítulo 4 ► **Formação do processo de execução** 151

1. Considerações iniciais	151
2. A demanda executiva	152
2.1. Noções de demanda e de demanda executiva.....	152
2.2. Elementos objetivos da demanda executiva	153
2.2.1. Causa de pedir	154
2.2.2. Pedido.....	154
2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	157
2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC).....	163
3. Petição inicial	168
3.1. Introdução	168
3.2. Requisitos de validade.....	169
3.2.1. Requisitos gerais.....	169
3.2.2. Documentos indispensáveis	171
3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	172
3.3.1. Generalidades.....	172
3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário	174
3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	176
3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	176
3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia	177

3.3.6.	Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil)	179
3.3.7.	Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil)	181
3.3.8.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	182
3.3.9.	Intimação de outro credor penhorante	183
3.3.10.	Intimação do credor de obrigação <i>propter rem</i> vinculada ao bem penhorado	184
3.3.11.	Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível.....	184
3.3.12.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado	185
3.3.13.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento	187
3.3.14.	O caso do bem gravado com servidão.....	188
3.3.15.	O possuidor conhecido do bem penhorado	189
3.3.16.	Quadro esquemático	190
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	195
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	196
4.	Efeitos da litispendência executiva	198
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	199
4.2.	Interrupção da prescrição	199
4.3.	Prevenção	200
4.4.	Litispendência	201
4.5.	Litigiosidade do objeto	201
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	201
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	202
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	203
5.1.	Introdução	203
5.2.	Título executivo	203
5.3.	Afirmção do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	204
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	204
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	206
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	208
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	208
5.3.5.	Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo	219
5.3.6.	Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução ...	224
Capítulo 5 ► Liquidação de sentença		229
1.	A decisão ilíquida.....	229

2. Conceito de liquidação.....	230
3. Liquidação de título judicial: terminologia.....	232
4. Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental.....	234
4.1. Introdução	234
4.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	234
4.3. O processo de liquidação.....	235
4.4. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	236
5. Legitimidade para requerer a liquidação	238
6. Competência para conhecer e julgar a liquidação.....	238
7. Liquidação da sentença arbitral	239
8. Momento para requerer a liquidação.....	240
8.1. Liquidação de decisão ainda pendente de recurso.....	240
8.2. Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida.....	242
8.3. Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	242
9. Prescrição e liquidação	243
10. A cognição na liquidação.....	244
10.1. A regra da fidelidade ao título.....	244
10.2. A matéria de defesa na liquidação.....	245
11. Espécies de liquidação.....	246
11.1. Introdução	246
11.2. A liquidação por arbitramento	247
11.3. A liquidação pelo procedimento comum.....	252
12. Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o <i>non liquet</i>	255
13. A liquidação contra a fazenda pública	262
14. Decisão e recurso na liquidação de sentença	262
15. Liquidação de sentença e verbas de sucumbência.....	264
Capítulo 6 ► Título executivo.....	267
1. A necessidade e a importância do título executivo na execução	267
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	268
3. A taxatividade dos títulos executivos	272
4. Atributos da obrigação representada no título executivo	274
5. Rol de títulos executivos judiciais	277
5.1. Considerações gerais	277
5.2. Decisão que reconhece a existência de obrigação	277
5.2.1. Generalidades	277

5.2.2.	Decisão declaratória como título executivo	278
5.2.3.	Decisão constitutiva como título executivo	281
5.3.	Decisão que homologar autocomposição judicial	285
5.4.	Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	286
5.5.	Formal e certidão de partilha	287
5.6.	Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	288
5.7.	Sentença penal condenatória transitada em julgado	289
5.7.1.	Generalidades	289
5.7.2.	Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	290
5.8.	Sentença arbitral	296
5.8.1.	Generalidades	296
5.8.2.	O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	297
5.9.	Decisão estrangeira homologada pelo STJ	298
5.10.	Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de exequatur à carta rogatória pelo STJ	299
6.	Títulos executivos extrajudiciais	299
6.1.	Considerações gerais	299
6.2.	Títulos de crédito	299
6.2.1.	Generalidades	299
6.2.2.	Letra de câmbio	302
6.2.3.	Nota promissória	303
6.2.4.	Duplicata	303
6.2.5.	Debênture	306
6.2.6.	Cheque	307
6.3.	Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	308
6.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	309
6.5.	Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal ..	311
6.6.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	312
6.7.	Contratos garantidos por caução	313
6.8.	Contratos de seguro de vida em caso de morte	314
6.9.	O crédito decorrente de foro e laudêmio	316
6.10.	O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	316
6.11.	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	318
6.12.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	320

6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	321
6.14. Demais títulos	323
6.15. Negócios processuais e título executivo extrajudicial	324
6.16. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	326
6.17. Título executivo estrangeiro	326
Capítulo 7 ▶ Partes.....	329
1. Legitimação ativa	329
2. Legitimação passiva.....	334
3. Litisconsórcio na execução	337
4. Intervenção de terceiro na execução	339
4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	339
4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	341
Capítulo 8 ▶ Responsabilidade patrimonial	343
1. Considerações iniciais	343
2. Obrigação e responsabilidade.....	344
2.1. Visão dualista.....	344
2.2. Visão unitarista.....	347
2.3. Visão adotada.....	352
3. Responsabilidade primária (arts. 789 E 790, I, III, V, VI e VII, CPC).....	353
3.1. Generalidades	353
3.2. Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC)	354
3.3. Bens do sucessor a título singular (arts. 789 e 790, I, CPC)	358
3.4. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC)	361
4. Responsabilidade secundária	361
4.1. Bens do cônjuge ou companheiro.....	361
4.1.1. Consideração introdutória	361
4.1.2. Dos bens da quota-parte (comunicáveis)	361
4.1.3. Dos bens próprios ou particulares	367
4.1.4. Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa	368
4.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC).....	370
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais	376
5. Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC)	379
6. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 Do CPC).....	381

7. Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC)	384
8. Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje	385
9. Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	389

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios** **393**

1. O princípio da boa-fé na execução	393
2. Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	394
3. Fraude contra credores.....	395
4. Fraude à execução.....	402
4.1. Generalidades	402
4.2. Pressupostos.....	405
4.2.1. Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC).....	405
4.2.2. Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária	407
4.3. Pressuposto subjetivo: <i>scientia fraudis</i> pelo terceiro adquirente	418
4.3.1. Nota introdutória	418
4.3.2. Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	418
4.3.3. Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	422
5. Quadro comparativo	425
6. Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, Iv, e 56 da lei 13.097/2015).....	426
7. Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	430
8. Averbação da certidão de dívida ativa (art. 20-B, lei 10.522/2002)	431
9. Atos atentatórios à dignidade da justiça	432
9.1. Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	432
9.2. <i>Contempt of court</i> na execução	436
9.2.1. Generalidades	436
9.2.2. Hipóteses legais.....	438
9.2.3. Ilícito não danoso	442
9.2.4. Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	442
9.2.5. A punição	443

Capítulo 10 ► **Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução** **445**

1. Generalidades.....	445
-----------------------	-----

2.	Honorários no cumprimento da sentença.....	446
2.1.	Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa.....	446
2.2.	Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	447
2.3.	Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação.....	448
2.4.	Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	450
2.5.	Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	454
3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial	454
3.1.	Regras gerais.....	454
3.2.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública....	456
3.3.	Honorários na execução fiscal.....	457
4.	Honorários no âmbito recursal	461
 Capítulo 11 ► Suspensão da execução.....		463
1.	O curso do processo e seus momentos de crise	463
2.	Suspensão da execução	464
3.	Causas de suspensão da execução	465
3.1.	Hipóteses dos art. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	465
3.2.	Embargos à execução	466
3.3.	Não localização do executado ou de bens penhoráveis	466
3.4.	Ausência de licitantes na alienação judicial	471
3.5.	Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	471
4.	Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	471
5.	Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença	472
 Capítulo 12 ► Extinção da execução		473
1.	Generalidades	473
2.	Indeferimento da petição inicial	474
3.	Satisfação da obrigação	474
4.	Outras causas de extinção da obrigação	476
5.	Prescrição, intercorrente ou não	476
6.	Extinção da execução sem análise do mérito	480

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 ▶ Cumprimento da sentença – disposições gerais	485
1. O cumprimento de sentença: noções gerais	485
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença	487
3. Prazo para o cumprimento da sentença	491
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, Par. Ún., CPC)	493
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito	493
Capítulo 14 ▶ Competência no cumprimento de sentença	495
1. Generalidades.....	495
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária.....	495
3. Competência para a execução da sentença.....	498
3.1. Regra geral.....	498
3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição	498
3.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando	501
3.4. Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal	503
3.5. Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca.....	504
4. Competência para a execução de sentença arbitral.....	505
5. Competência para a execução de sentença estrangeira	506
6. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	507
7. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do tribunal marítimo.....	508
8. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....	509
9. Competência para a execução individual de sentença coletiva	511
10. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	511
Capítulo 15 ▶ Cumprimento provisório	515
1. Consideração introdutória	515
2. Fundamentos.....	515
3. Cabimento.....	516
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	518
4.1. Generalidades	518
4.2. Requerimento do exequente	519
4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	521

4.4.	Impugnação do executado	524
4.5.	Autuação separada	525
4.6.	Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	526
4.7.	Responsabilidade objetiva do exequente	528
4.8.	Caução.....	530
Capítulo 16	► Cumprimento de sentença para pagamento de quantia	535
1.	Generalidades	535
2.	Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	536
3.	A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	542
4.	Incidente de apuração do valor do crédito	544
4.1.	Controle do valor exequendo pelo juiz	544
4.2.	Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	546
5.	Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	550
6.	A impugnação ao cumprimento da sentença	553
6.1.	Noção e natureza jurídica	553
6.2.	A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente <i>secundum eventum defensionis</i>	554
6.3.	Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	555
6.4.	Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	557
6.5.	A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	558
6.6.	Conteúdo	561
6.6.1.	Observação inicial	561
6.6.2.	Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	561
6.6.3.	Illegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	563
6.6.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	563
6.6.5.	Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucional (art. 525, §§ 12-14, CPC)	565
6.6.6.	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	569
6.6.7.	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	569
6.6.8.	Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	572
6.6.9.	Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	572
6.6.10.	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	573

6.6.11. A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	574
6.7. Desistência da execução e consentimento do executado	575
6.8. Efeito suspensivo da impugnação	576
6.9. Réplica	577
6.10. Julgamento e coisa julgada	577
7. As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	579
8. A possibilidade de averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	579
9. Protesto de sentença	580

Capítulo 17 ► **Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro** **585**

1. A tutela jurisdicional	585
1.1. Acepções	585
1.2. A tutela jurisdicional diferenciada	586
1.3. Espécies de tutela jurisdicional	588
1.3.1. Definitiva e provisória	588
1.3.2. Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	589
1.3.3. Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	589
1.4. Classificação da tutela específica	590
1.4.1. A distinção entre ilícito e dano	590
1.4.2. A tutela inibitória	593
1.4.3. A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	596
1.4.4. A tutela ressarcitória	598

Capítulo 18 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade ..** **601**

1. Introdução	601
2. Abrangência do art. 497 do CPC	602
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente	605
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	608
4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor	608
4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites	609
4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente	611
4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução	615
4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos	616

4.5.1. Momento da conversão	616
4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos	618
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer	619
5.1. Introdução	619
5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta	620
5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC)	620
5.4. A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta	623
5.5. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	624
6. Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer	625
7. O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta.....	626
8. A multa coercitiva	627
8.1. Natureza jurídica e beneficiário.....	627
8.2. Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade da multa	631
8.2.1. Prazo para cumprimento voluntário da ordem.....	631
8.2.2. Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	632
8.2.3. Alteração do valor e da periodicidade da multa	637
8.3. Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva	639
8.4. Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (“duty to mitigate the loss”) e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de <i>suppressio</i>	643
8.5. Destinatário da multa	646
8.6. Imposição da multa à Fazenda Pública.....	649
8.7. Possibilidade de cumulação com a multa por contempt of court (art. 77, § 2º, CPC)	651
8.8. Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	655
8.9. Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	655
8.10. Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo.....	657
9. A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica.....	660
10. A intervenção judicial na empresa como medida executiva atípica excepcional e subsidiária	660
11. Procedimento	661
11.1. A execução como fase do procedimento	661
11.2. A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão	662
11.3. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	663

11.4. A medida executiva e sua incidência.....	666
11.5. A defesa do devedor durante a fase de cumprimento.....	668
12. Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC).....	669

Capítulo 19 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação 673**

1. Introdução.....	673
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa.....	674
3. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC).....	674
3.1. Regra geral.....	674
3.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	675
3.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica.....	676
3.4. Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos.....	677
3.4.1. Introdução.....	677
3.4.2. Obrigação de dar ou de restituir coisa certa.....	677
3.4.3. Obrigação de entregar coisa incerta.....	680
3.4.4. Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse.....	681
3.5. Momento da conversão em perdas e danos.....	681
3.6. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	682
4. Procedimento.....	684
4.1. Introdução.....	684
4.2. Deflagração a requerimento ou de ofício.....	684
4.3. Fase inicial e fase de execução forçada.....	684
4.4. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário.....	684
4.5. Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência.....	686
4.6. Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa.....	687
5. A defesa do executado.....	688
5.1. Momento, forma e conteúdo.....	688
5.2. Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....	688
6. Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC).....	691
7. A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro.....	696

Capítulo 20 ► **Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública 699**

1. Regime jurídico.....	699
2. Cumprimento de sentença em face da fazenda pública.....	701

3. A defesa da fazenda pública no cumprimento de sentença: a impugnação	704
4. Cumprimento provisório de sentença contra a fazenda pública.....	708
5. Os créditos de natureza alimentícia.....	709
6. Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....	714
7. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório	715
8. A lei n. 13.463/2017 e o cancelamento de precatórios e requisições de pequeno valor federalis.	719
9. Sequestro: natureza e objeto.....	721
10. Intervenção federal e estadual.....	724
11. Casos de dispensa de precatório	724
12. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos para idosos, para portadores de doença grave e para pessoas com deficiência	729
13. Utilização de crédito de precatório.....	734
14. Parcelamento e financiamento de precatórios	735
15. Cessão de crédito inscrito em precatório.....	738
16. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente fazenda pública.	739
17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de estados, distrito federal e municípios criado pela EC nº 62/2009.....	740
18. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de estados, distrito federal e municípios criado pela EC nº 94/2016.....	743
19. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de estados, distrito federal e municípios criado pela EC nº 99/2017 e alterado pela EC nº 109/2021	746
20. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	749

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia** **751**

1. Panorama sobre as espécies de alimentos.....	751
1.1. Noções iniciais.....	751
1.2. Classificação	752
1.2.1. Quanto à origem.....	752
1.2.2. Quanto à estabilidade	753
1.2.3. Quanto à natureza.....	754
1.2.4. Quanto ao momento.....	755
2. Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	756
2.1. Generalidades	756
2.2. Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, <i>caput</i> e §§ 1º-7º, CPC): protesto e prisão civil	758

2.3.	Cumprimento de sentença por desconto.....	767
2.4.	Cumprimento de sentença por expropriação	770
2.4.1.	Nota introdutória	770
2.4.2.	Levantamento de dinheiro penhorado	770
2.4.3.	Direito de preferência do credor de alimentos	771
3.	Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC)	772

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ► Competência na execução fundada em título extrajudicial 777

1.	Generalidades.....	777
2.	Competência da autoridade judiciária brasileira	777
3.	Competência interna para execução.....	779
4.	Competência territorial	780
5.	Execução hipotecária	783
6.	Competência para execução fiscal	783
7.	Pluralidade de executados com domicílios diferentes	784
8.	Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens.....	784
9.	Títulos de crédito emitidos no exterior	785
10.	Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre execução e ação de conhecimento.....	786
11.	Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	786

Capítulo 23 ► Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: 789

1.	Considerações iniciais	789
2.	Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	790
2.1.	Fase inicial do procedimento executivo	790
2.1.1.	Demanda executiva e controle judicial.....	790
2.1.2.	A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	791
2.1.3.	Citação na execução	792
2.1.4.	Prazo para cumprimento voluntário.....	793
2.1.5.	Posturas do executado após a citação	794
2.1.6.	A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	795

2.2.	Segunda fase: a execução forçada	799
2.3.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC)	800
3.	A defesa do executado	801
3.1.	Introdução	801
3.2.	Embargos à execução	802
3.2.1.	Noção e natureza jurídica	802
3.2.2.	Valor da causa	805
3.2.3.	Prazo para ajuizamento dos embargos	806
3.2.4.	Competência para processamento e julgamento	809
3.2.5.	Legitimidades ativa e passiva	811
3.2.6.	Intervenção de terceiro	813
3.2.7.	Efeitos dos embargos	814
3.2.8.	Conteúdo dos embargos	817
3.2.9.	Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC)	821
3.2.10.	O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos	821
3.2.11.	Procedimento	826
3.2.12.	Recursos	828
3.2.13.	Honorários de sucumbência	830
3.2.14.	Desistência da execução e consentimento do executado	830
3.2.15.	Julgamento e coisa julgada	831
3.2.16.	Alegação de defesa fundada em fato superveniente	832
3.3.	Exceção de pré-executividade	833
3.4.	Ações autônomas (defesas heterotópicas)	837
 Capítulo 24 ► Penhora		843
1.	Noções gerais	843
2.	Funções	844
2.1.	Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	844
2.2.	Conservação do bem	846
2.3.	Direito de preferência	846
3.	Natureza jurídica	846
4.	Efeitos	847
4.1.	Considerações iniciais	847
4.2.	Materiais	848
4.2.1.	Alteração do título de posse do devedor	848
4.2.2.	Ineficácia relativa dos atos de disposição	849

4.2.3.	Reflexos penais	851
4.3.	Processuais	851
4.3.1.	Individualização dos bens	851
4.3.2.	Conservação dos bens penhorados	851
4.3.3.	Efeito suspensivo à defesa do executado	852
4.3.4.	Direito de preferência	852
5.	Objeto da penhora	852
6.	Impenhorabilidade	853
6.1.	Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	853
6.2.	Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento <i>ex officio</i>	857
6.3.	Fundamentos da impenhorabilidade	862
6.4.	Negócios processuais sobre a penhorabilidade	863
6.5.	Hipóteses de impenhorabilidade	865
6.5.1.	O <i>beneficium competentiae</i>	865
6.5.2.	Bens inalienáveis	866
6.5.3.	Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	867
6.5.4.	Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	868
6.5.5.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	870
6.5.6.	Rendimentos de natureza alimentar	871
6.5.7.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	875
6.5.8.	O seguro de vida	877
6.5.9.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	879
6.5.10.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	880
6.5.11.	Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	882
6.5.12.	Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários-mínimos)	883
6.5.13.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	884
6.5.14.	Bem imóvel de moradia (“bem de família”)	886

6.5.15. Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	895
6.5.16. A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	896
6.5.17. Impenhorabilidade do jus sepulchri, da sepultura e do sepulcro	898
6.5.18. Penhora de bem dado em garantia real	900
6.5.19. Impenhorabilidade de próteses	901
6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	901
7. Limites da penhora	903
8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	905
9. Lugar e tempo da penhora	908
10. Realização, formalização e intimação da penhora	909
10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora	909
10.2. Ainda sobre o auto de penhora	910
10.3. Depósito	913
10.3.1. Noções gerais.....	913
10.3.2. Escolha do depositário	913
10.3.3. Funções do depositário	915
10.3.4. Remuneração do depositário	916
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	917
10.4. Intimação do executado	918
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	919
11. Penhora de imóvel	921
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	922
13. Incidentes da penhora	923
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora.....	923
13.2. Substituição da penhora	924
13.2.1. Nota introdutória	924
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	925
13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	927
14. Penhoras especiais	930
14.1. Penhora on-line de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	930
14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	934
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	940
14.3.1. Generalidades	940

14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC)	941
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	943
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	946
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	947
Capítulo 25 ▶ Avaliação	951
Capítulo 26 ▶ Adjudicação	955
1. Considerações gerais	955
2. Procedimento	956
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	959
4. Legitimidade para adjudicar	960
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	963
Capítulo 27 ▶ Alienação	967
1. Conceito e natureza jurídica	967
2. A alienação judicial por iniciativa particular	970
3. Carta de alienação	973
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	975
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	977
6. A alienação por leilão judicial	978
6.1. O leilão e o leiloeiro	978
6.2. O edital	980
6.3. Transferência do leilão	983
6.4. Intimações prévias necessárias	983
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	987
6.6. Conceito de arrematação	987
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	987
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	989
6.9. Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	989
6.10. Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC).....	991
6.11. Concurso de pretendentes	991
6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	993
6.13. Auto de arrematação (art. 901, CPC).....	993
6.14. Arrematação “perfeita, acabada e irretroatável” (art. 903, <i>caput</i> , CPC).....	994
6.15. Desfazimento da arrematação	996

6.15.1.	Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação.....	996
6.15.2.	Desistência ou resilição unilateral da arrematação.....	996
6.15.3.	Invalidade da arrematação	998
6.15.4.	Resolução da arrematação.....	1000
6.16.	Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	1001
7.	Efeitos da alienação	1003
7.1.	Efeitos no plano material	1003
7.1.1.	Título e modo da aquisição.....	1003
7.1.2.	Responsabilidade tributária do adquirente	1004
7.1.3.	Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	1005
7.1.4.	Posse da coisa adquirida	1005
7.1.5.	Alienação de bem objeto de locação ou comodato	1006
7.1.6.	Purgação dos direitos reais de garantia	1008
7.1.7.	Direito aos frutos pendentes do bem	1008
7.1.8.	Traspasso dos direitos reais de gozo	1008
7.2.	Efeitos no plano processual	1009
7.2.1.	Conversão coativa da penhora	1009
7.2.2.	Dever de pagar o preço	1009
7.2.3.	Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado ..	1010
8.	Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	1010
9.	Alienação judicial e evicção (art. 447, Código civil)	1011
10.	Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	1013
 Capítulo 28 ► Entrega do dinheiro ao credor		1017
1.	Pagamento ao credor na execução por quantia certa	1017
2.	Entrega do dinheiro ao credor	1017
3.	Direito de preferência. Concurso de penhoras	1019
3.1.	Disciplina geral	1019
3.2.	Pressupostos	1019
3.3.	Natureza jurídica	1024
3.4.	O incidente: sujeitos e objeto	1024
3.5.	Questões de alta indagação	1026
3.6.	Procedimento	1027
3.7.	Competência para o concurso. “Conexão em razão da penhora”	1029

Capítulo 29 ► **Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública 1031**

1. Observação preliminar 1031
2. Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da fazenda pública ... 1032
3. A defesa da fazenda pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução 1033
 - 3.1. Generalidades 1033
 - 3.2. Efeito suspensivo automático dos embargos 1035
 - 3.3. Embargos parciais 1035
 - 3.4. Procedimento dos embargos 1036
4. Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor 1037
5. Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública 1037

Capítulo 30 ► **Execução fiscal 1039**

1. Noções gerais 1039
 - 1.1. A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa 1039
 - 1.2. Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores e em casos em que há súmula (judicial ou administrativa), precedente obrigatório ou entendimento vinculante 1041
 - 1.3. Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa 1044
 - 1.4. Protesto de certidão de dívida ativa. 1045
 - 1.5. Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade” 1046
 - 1.6. Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis 1048
2. As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal 1049
 - 2.1. Legitimidade ativa 1049
 - 2.2. Legitimidade passiva 1052
 - 2.3. Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor 1053
 - 2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal 1054
3. Competência 1060
 - 3.1. Competência da primeira instância 1060
 - 3.2. Competência do STF 1060
 - 3.3. Competência da Justiça Estadual 1060
 - 3.4. Competência da Justiça Federal 1061
 - 3.5. Competência federal delegada 1062

3.6.	Competência da Justiça Eleitoral	1063
3.7.	Competência da Justiça do Trabalho.....	1064
3.8.	Competência territorial.....	1064
3.9.	Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial	1066
4.	Procedimento	1068
4.1.	Fase inicial.....	1068
4.2.	Citação na execução fiscal.....	1071
4.3.	Nomeação de bens à penhora	1073
5.	Penhora na execução fiscal.....	1074
5.1.	Generalidades	1074
5.2.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	1077
5.3.	Concurso de penhoras na execução fiscal.....	1077
6.	Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz	1078
7.	A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN	1080
8.	Pedido de parcelamento (CPC, art. 916)	1082
9.	Intimações e desnecessidade de intervenção do ministério público	1083
10.	A defesa do executado	1084
11.	Da expropriação na execução fiscal.....	1092
12.	Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal.....	1093
13.	Dos recursos na execução fiscal	1095

Capítulo 31 ► **Execução de alimentos fundada em título extrajudicial1097**

Capítulo 32 ► **Execução das obrigações de fazer ou de não fazer1103**

1.	Considerações iniciais	1103
2.	A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer.....	1104
3.	Procedimento	1105
3.1.	Introdução	1105
3.2.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	1106
3.3.	Segunda fase: execução forçada.....	1110
3.3.1.	Introdução.....	1110
3.3.2.	A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor	1111
3.3.3.	A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor.....	1113
3.3.4.	Conversão da prestação de fato em perdas e danos	1118
4.	A defesa do executado	1120

Capítulo 33 ► Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial	1123
1. Considerações iniciais	1123
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1124
3. Procedimento	1124
3.1. Introdução	1124
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário	1125
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1128
3.4. Segunda fase: execução forçada	1131
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1131
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1131
3.5.2. Momento da conversão	1132
3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	1133
4. Defesa do executado	1134
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1135
5.1. Considerações iniciais	1135
5.2. Apuração do valor indenizatório	1136
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias)	1140
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1142
Bibliografia	1145